

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ Rua Álvaro Mendes 2294 - Bairro Centro - CEP 64000-060 - Teresina - PI - www.mppi.mp.br

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 20/2023

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, E DE OUTRO, O MUNICÍPIO DE CARACOL-PI, PARA COOPERAÇÃO QUANTO A DISPOSIÇÃO DE SERVIDORES DA MUNICIPALIDADE. PGEA Nº 19.21.0014.0004495/2020-61

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, inscrito sob o C.N.P.J nº 05.805.924/0001-89, situado nesta Capital, na Rua Álvaro n° 2.294, Centro. **CEP** 64.000-060, representado neste ato Mendes. Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de, Dr. CLEANDRO ALVES DE MOURA, aqui denominado simplesmente de PROCURADORIA, e do outro o MUNICÍPIO DE CARACOL-PI, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Padre Francisco, nº 63, Caracol-PI, Piauí, CEP nº 64.795-000, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 06.553.622/0001-23, neste ato representado pelo prefeito municipal, Excelentíssimo Sr. GILSON DIAS DE MACEDO FILHO, residente e domiciliado em Caracol-PI, aqui denominado simplesmente de MUNICÍPIO,

CONSIDERANDO o princípio da eficiência da Administração Pública e o mútuo interesse dos cooperantes na melhoria da prestação de serviço público;

CONSIDERANDO a especialidade técnica dos servidores constantes do Anexo Único deste Acordo e a intenção manifestada pelas partes, na melhoria técnica de seus serviços;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, *caput*, e artigo 241 da Constituição da República, bem como o disposto na Lei 14.133, de 10 de junho de 2021;

RESOLVEM firmar o presente Acordo de Cooperação Técnica nº 20/2023, conforme as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO



1. O presente Acordo de Cooperação tem como objeto a disposição de servidores entre os dois órgãos, especialmente os constantes do Anexo Único deste, para prestarem serviços ao Ministério Público do

Estado do Piauí, desempenhando suas atividades junto à Promotoria de Justiça de Caracol - PI, com a finalidade de melhoria técnica dos serviços.

Parágrafo Único. A disposição que trata a presente Cláusula dependerá de comprovação, por parte do servidor à disposição, de que não acumula cargos vedados pelos dispositivos constitucionais.

CLÁUSULA SEGUNDA DA DISPOSIÇÃO

- 2.1. O Município de Caracol PI disporá os servidores constantes no Anexo Único pelo prazo a que se refere à Cláusula Sexta deste Acordo de Cooperação;
- 2.2. É vedada a transferência dos servidores à disposição para outro órgão distinto daquele para o qual foi autorizada a disposição, bem como para exercer funções diferentes das inerentes a seu cargo.

CLÁUSULA TERCEIRA DA REMUNERAÇÃO

- 3.1. Os servidores à disposição, durante o prazo, perceberão a remuneração do cargo, como se em exercício estivessem.
- 3.2 O ônus da remuneração referente ao cargo efetivo será do órgão de origem, acrescido dos respectivos encargos sociais, inclusive contribuição previdenciária devida.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES

- 4.1. Do órgão de exercício:
- I. O órgão requisitante fica obrigado a comunicar a frequência dos servidores à disposição, ao seu órgão de origem, a cada seis meses;
- II. Manter atualizado os assentos funcionais dos servidores à disposição, apurando atos de irregularidades praticados pelos servidores independentemente de dolo ou culpa, para registro em seus assentamentos funcionais;
- 4.2. Do órgão de origem:
- I. Apresentar as informações solicitadas pelo cooperado relativas aos servidores à disposição, bem como em relação à tratativa.

CLÁUSULA QUINTA

DA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR À DISPOSIÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES



- 5.1. Os servidores à disposição exercerão suas funções junto ao órgão/local a que for designado, devendo cumprir carga horária compatível, observada a legislação sobre condições especiais de trabalho.
- 5.2. Os servidores deverão apresentar ao órgão de exercício toda a documentação solicitada para seu cadastro.
- 5.3. Durante o período de disposição, observar-se-ão as designações do servidor responsável pela Promotoria de Justiça ou Unidade Administrativa em que os servidores estiverem em exercício.

CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

- 6.1. O presente Acordo de Cooperação terá vigência de 60 (sessenta) meses a partir da data de sua assinatura, de acordo com o interesse e conveniência das partes.
- 6.2. Serão incorporados ao presente instrumento, mediantes termos aditivos, todas e quaisquer alterações e/ou acréscimos que venham a ser efetivados durante o período de vigência, com a aprovação de ambas as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Desde que não mais convenha a qualquer uma das partes cooperantes, ou em não se cumprindo as cláusulas estipuladas, e sem nenhum ônus para ambas, ocorrerá a rescisão deste instrumento, mediante aviso à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvando-se as atividades em andamento até seu término.

CLÁUSULA OITAVA DO FORO

8.1. Fica eleito o foro de Teresina - PI, como competente para dirimir qualquer dúvida que possa surgir do cumprimento do presente Acordo.

E por estarem de acordo com o que aqui ficou estabelecido, o presente Acordo de Cooperação é assinado pelas partes interessadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

GILSON DIAS DE MACEDO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE CARACOL - PI

24/04/2023.

ANEXO ÚNICO

SERVIDOR (A) DO MUNICÍPIO DE CARACOL-PI À DISPOSIÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ.

MUNICÍPIO DE CARACOL-PI	
NOME DO SERVIDOR (A)	ÓRGÃO REQUISITANTE
ROGÉRIO MOURA DA SILVA	Procuradoria Geral de Justiça- Promotoria de Justiça de CARACOL - PI.



Documento assinado eletronicamente por CLEANDRO ALVES DE MOURA, Procurador-Geral de Justiça, em 12/04/2023, às 14:48, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 0456599 e o código CRC F6AB2498.